

**ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO COMITÊ DE INVESTIMENTOS DA
FUNDAÇÃO DA SEGURIDADE SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS
MUNICIPAIS DE SOROCABA – Nº 01/2023, DE 24/01/2023 – PREVIDÊNCIA –**

Aos vinte e quatro dias do mês de janeiro de dois mil e vinte e três, com início às dez horas da manhã, realizou-se a reunião ordinária do Comitê de Investimentos da FUNSERV, na sala de reuniões do prédio da FUNSERV, sítio à Rua Major João Lício, 265 – Centro – Sorocaba/SP.

SEÇÃO I: FASE DE EXPEDIENTE (Art. 8º da Resolução FUNSERV 06/2020): A) Verificação do quórum: o Sr. Edgar Aparecido Ferreira da Silva, Gestor dos Recursos do RPPS, verificou que havia quórum para início da reunião, estando presentes também os seguintes membros titulares: Silvana Maria Siniscalco Duarte Chinelatto, José Antonio de Oliveira Júnior e Cilsa Regina Guedes Silva. Os membros titulares Sra. Maria do Socorro Souza Lima, Sra. Gêmima Maria Pires e Sr. Ronaldo Camilo Rosa Fontes justificaram sua ausência nesta reunião. Esteve presente também o Sr. Gilmar Ezequiel de Souza Oliveira, membro suplente, o qual exerceu a função de membro titular, nesta reunião, dada a ausência dos membros titulares citados. Verificado o quórum, após saudação inicial, realizou a abertura dos trabalhos.

SEÇÃO II: APRECIAÇÃO E DISCUSSÃO DOS ASSUNTOS TRATADOS (Art. 8º da Resolução Funserv nº 06/2020).

ITEM 1 - AVALIAÇÃO DOS RESULTADOS DAS APLICAÇÕES NO MÊS DE DEZEMBRO/2022:

Inicialmente, o Sr. Edgar apresentou o resultado da rentabilidade total da carteira em Dezembro/2022. Esclareceu que o saldo total da carteira, ao final do mês, era de R\$2.228.676.184,81 e que houve retorno negativo de -R\$7.359.846,19 correspondente a -0,33% e, dessa forma, abaixo da meta de rentabilidade para o mês, que foi de 1,05%. O retorno percentual acumulado do ano foi de 3,31% contra uma meta acumulada de 11,00%, uma distância de 7,69% da meta. Na análise, por segmento, esclareceu que o volume de recursos alocados em renda fixa era de R\$1.509.166.827,58 e, neste segmento, houve retorno de R\$13.921.453,09, o que representou retorno de 0,93%. Destacou que, no mesmo período, o CDI teve retorno de 1,12%, o IDkA IPCA 2A retorno de 1,24% e o IPCA de 0,62%, apresentou tela com os fundos enquadrados no segmento de renda fixa, evidenciando que o retorno dos fundos acompanhou o mercado, conforme indicadores citados. Em seguida, apresentou um detalhamento da rentabilidade dos Títulos Públicos, cuja média de rentabilidade foi de 0,87% no mês. Em seguida, apresentou os dados do segmento de renda variável. O total de recursos alocados neste segmento era de R\$592.633.421,92 e, no mês em análise, teve retorno negativo de -R\$18.825.597,31 o que representou retorno negativo de -2,98%. Apresentou tabela contendo todos os fundos enquadrados neste segmento e o resultado de cada um deles, evidenciando que tiveram rentabilidades diversas, os indexados em linha com o Ibovespa, outros acima ou abaixo do índice. Esclareceu que o resultado, deste segmento, está em linha com o mercado, visto que o Ibovespa teve queda de -2,45% e o S&P500, queda de -5,90%, sendo os principais índices de referência neste segmento. No segmento de investimento no exterior, o saldo ao final do mês era de R\$126.875.935,31 com retorno negativo de -R\$2.455.701,97, o que corresponde ao retorno de -1,90%. Para efeito de comparativo com o mercado global, o índice Global BDRX teve retorno de -4,22%, MSCI World em -5,72%, MSCI ACWI de -4,90% e S&P500 retorno de -5,90%. O Sr. Edgar entendeu pertinente destacar que o nível de risco medido pelo VaR-mês da carteira de investimento no exterior ficou, no mês de Dezembro/2022, em 10,25%, retomando o patamar abaixo do nível indicado pela

Política de Investimentos para 2023, que é de 15,00%. Em seguida, o Sr. Edgar apresentou o resultado, por segmento, no 4º Trimestre de 2022. No segmento de renda fixa, o retorno foi de R\$39.063.682,47, o que representou 2,66%, no mesmo período, o CDI teve retorno de 3,20%, IDkA IPCA 2A de 2,25% e IPCA de 1,63%. No segmento de renda variável, fundos estruturados e fundos imobiliários, o retorno foi de R\$12.091.055,70, que representou 2,01% e, no mesmo período, o Ibovespa teve retorno de -0,27%, S&P500 de 7,08% e o IFIX de -4,14%. No segmento de investimentos no exterior, a rentabilidade no trimestre foi de R\$8.608.657,81, que representou 6,92% e, no mesmo período, os índices Global BDRX teve retorno de 3,94%, o MSCI World, de 5,60%, MSCI ACWI de 5,58% e o S&P500 retorno de 7,08%. Dessa forma, esclareceu que o comportamento da carteira, no trimestre, acompanhou a dinâmica de mercado, conforme evidenciam os principais índices de cada segmento. **ITEM 2 – ANÁLISE DO CENÁRIO ECONÔMICO:** Em seguida, passou a análise do cenário econômico do mês. Preliminarmente ressaltou que, no parecer, constam, na íntegra, os principais materiais consultados e que subsidiaram a análise do cenário econômico deste Comitê, do qual apresentou um breve resumo. A respeito da política monetária, o COPOM manteve a SELIC em 13,75% a.a., em sua última reunião, realizada em 06 e 07 de dezembro/2022. Conforme a ata publicada, a sinalização do COPOM ainda é de que irá mantê-la por um período prolongado e, se necessário, não hesitará em retomar o ciclo de ajuste. Além disto, reforçou os possíveis impactos, sobre a política monetária, acerca da política fiscal, e parafiscal. Assim, vislumbra-se que o Banco Central sinalizou o fim do ciclo de alta e a manutenção em patamares próximos ao atual por mais tempo, conforme indicado no Boletim Focus. Segundo a última publicação, de 20/01/2023, a expectativa de SELIC para final de 2023 passou a 12,50% a.a. Além disto, prevê SELIC terminal para 2024, em 09,50% a.a., final de 2025, em 8,50% e, final de 2026, em 8,25%. Conforme se verifica, houve aumento na expectativa de Selic terminal para os anos de 2023, 2024, 2025 e 2026. Com base na expectativa da SELIC para 2023, verifica-se que se manterá significativamente elevada e, neste cenário, ativos correlacionados à referida taxa tendem a entregar resultados compatíveis com a meta de rentabilidade para 2023, de IPCA + 5,11% a.a. No mercado norte americano, o FOMC, em sua última reunião, encerrada em 14/12/2022, aumentou a taxa de juros em 0,50%, passando de uma banda de 3,75%-4,00% para 4,255%-4,50%. O mercado segue volátil, monitorando os indicadores econômicos norte-americanos, especialmente, a inflação, que segue elevada. Diferentemente do Brasil, no mercado norte-americano, verifica-se que ainda estamos no ciclo de alta da taxa de juros. A incerteza sobre a medida necessária para conter a inflação, bem como duração de taxas mais altas, são fatores que tem acrescentado volatilidade ao mercado e impactado significativamente os ativos no exterior. No cenário doméstico, a perspectiva de juros futuro tem sido fortemente impactada pelas expectativas sobre as medidas a serem adotadas pelo novo governo, que assumiu em 01/01/2023. Pautas relacionadas à política fiscal, especialmente, medidas que tendem a aumentar os gastos públicos, tem acrescentado volatilidade ao mercado e impactado a expectativa de juros futuro. A respeito da inflação, que tem sido uma realidade global, o IPCA de Dezembro/2022 foi de 0,62%, acima da expectativa do mercado (0,45%), alcançando 5,78% e nos últimos doze meses. De acordo com o Boletim FOCUS a expectativa de inflação para 2023 passou a 5,48%, aumentando frente às expectativas anteriores. Segundo o Boletim Focus, a expectativa é de que o IPCA de Janeiro, Fevereiro e Março/2023, sejam de 0,50%, 0,70% e 0,57%, respectivamente. Neste cenário, com SELIC acima de dois dígitos e, considerando a meta atuarial para 2023

(IPCA + 5,11% a.a.), bem como a perspectiva de inflação terminal para 2023 e 2024, estratégias de investimento vinculadas ao DI, como os fundos referenciados DI, mantém-se como oportunidades de alocação interessantes, o curto prazo, dado sua relação risco/retorno, especialmente, frente ao cenário volátil que tem se apresentado. A questão cambial segue sendo monitorada, especialmente, pelo impacto na carteira de investimentos no exterior, visto que os fundos possuem exposição à variação cambial. O dólar encerrou 2021 cotado a R\$5,57 e, no dia 04/04/2022 chegou a mínima, nos últimos dois anos, sendo cotado a R\$4,60, queda de -17,41% e encerrou o ano cotado a R\$5,28, queda de 5,3%. Dado este movimento, demonstrando alta volatilidade, importante analisar a expectativa do mercado. De acordo com o último Boletim FOCUS, ao final de 2023, a expectativa é que o dólar esteja cotado a R\$5,28, portanto, embora possa haver volatilidade no valor da moeda no decorrer do ano, deve encerrar 2023 praticamente estável. Se por um lado, fundos referenciado DI são oportunidades de alocação, mais seguras, deve se considerar ainda o ciclo de alta na taxa norte-americana e movimentos similares no mercado global, que podem impactar o preço de títulos públicos federais, no Brasil. Além disto, os preços dos Títulos Públicos Federais têm sido impactados pela incerteza acerca do arcabouço fiscal. Assim, apresentam-se oportunidades de aquisições de títulos públicos federais, com taxas em linha e, até mesmo, bem superiores à taxa média da carteira da carteira. Por outro lado, também é provável o cenário de manutenção e fechamento da curva, visto que os preços atuais encontram-se bastante pressionados e, nesta hipótese, há oportunidade de ganhos em fundos atrelados aos títulos públicos, em função da marcação a mercado. Dessa forma, justifica-se a gestão da carteira de renda fixa, com alocação em Títulos Públicos Federais precificados pela marcação na curva de juros, com taxas superiores à meta atuarial e, diante da expectativa de IPCA, previsão de rentabilidade superior ao DI. Ademais, em função da possibilidade de fechamento da curva de juros, pertinente a manutenção de parte dos recursos já alocados em fundos IDkA IPCA 2A. Além disto, observa-se que segue sendo monitorado pelo mercado: a inflação global, movimento de alta de juros, principalmente, nas economias desenvolvidas e, também, o risco de recessão, fatores que tem impacto o mercado global, especialmente, de renda variável. Ademais, no cenário brasileiro, com o início do novo governo, ganha destaque o noticiário político, especialmente, medidas que serão adotadas. Na renda variável, tanto no mercado brasileiro como investimentos no exterior, dada a volatilidade, eventual migração e aportes devem ser analisados com cautela. Neste momento, pertinente manter as alocações e acompanhar a sua evolução, tendo em vista o horizonte de longo prazo e, ainda, que boa parte destes fundos possui rentabilidade acumulada negativa. Contudo, fundos que estejam entregando resultados abaixo da média da carteira merecem especial atenção, especialmente, através de reuniões institucionais junto aos seus respectivos Gestores. **ITEM 3 - ELABORAÇÃO DO PARECER DO COMITÊ DE INVESTIMENTOS:** o Sr. Edgar destacou pontos importantes que constam na minuta do parecer do Comitê de Investimentos, tais como: atividade econômica no Brasil e no mercado global, trazendo o contexto que influenciou a rentabilidade da carteira em Dezembro/2022, conforme já citado. Informou que as aplicações e resgates ocorreram em conformidade com as propostas do Comitê de Investimentos, em reunião realizada em 22/11/2022, aprovada pelo Conselho Administrativo, em 29/11/2022 e, também, as operações para o decorrer de 2022 (fluxo de caixa), definidas nas reuniões de 20/01 e 27/01/2022, respectivamente. A respeito do enquadramento, verificou-se que está de acordo com os limites legais e com a Política de Investimentos para o ano de

2022. Informou que o resgate do fundo Caixa Brasil Indexa Ibovespa FI Ações resultou em receita orçamentária no montante de R\$684.950,79, o que representou 3,42%. Esclareceu ainda que, a análise mensal e trimestral constam no Parecer e, os dados anuais, foram consolidados e constarão no Relatório Anual de Investimentos. **ITEM 4 – ELABORAÇÃO DO RELATÓRIO ANUAL DE INVESTIMENTOS – REF.: 2022:** O Sr. Edgar apresentou então a minuta do Relatório Anual de Investimentos. Informou que o relatório visa atender a requisitos do Manual do Pró-Gestão RPPS, Programa de Certificação Institucional e Modernização da Gestão dos Regimes Próprios de Previdência Social da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, instituído pela Portaria MPS Portaria MPS nº 185/2015. O Manual do Pró-Gestão disciplina que deve ser apresentado, ao final do exercício, o relatório anual de investimentos, com a consolidação de todas as informações relativas ao exercício anterior, incluindo a conjuntura econômica, os resultados alcançados em relação às metas estabelecidas, o comportamento do fluxo de caixa e das aplicações financeiras, a composição do ativo, a evolução do orçamento e a composição da carteira de imóveis, se houver. Assim, no relatório constam as atividades desenvolvidas pelo Comitê de Investimentos, bem como os materiais que, mensalmente, são publicados. Consta também a conjuntura econômica nacional e internacional vivenciada em 2022. Apresentou um quadro que contém o resultado do ano de 2022, bem como o fluxo de caixa e evolução patrimonial consolidado. Informou que, no relatório, as análises por segmento contemplam a análise do fluxo de caixa e evolução patrimonial em cada segmento. Da análise, consolidada, se verificou que a evolução patrimonial, em 2022, foi de R\$226.771.782,43, sendo R\$71.786.613,40, da rentabilidade da carteira de investimentos somado ao valor de R\$154.985.169,03, decorrente do fluxo de caixa positivo. Isto significa que a carteira de investimentos da Funserv, de forma consolidada, está em fase de capitalização. Isto ocorre em função da segregação de massas e que a maior parte dos recursos pertence ao Fundo Previdenciário, fundos em capitalização. O Sr. Edgar apresentou a rentabilidade anual por segmento e comparou o resultado aos principais índices de mercado. A Sra. Silvana indagou sobre a rentabilidade das carteiras de outros RPPSs, a fim de tê-los como comparativo. O Sr. Edgar informou que tem acompanhado a publicações da área de investimentos de alguns institutos e observado que, aqueles que mantiveram uma carteira de investimentos mais conservadora, com maior exposição na renda fixa e, muito pouco em renda variável e exterior, obtiveram resultados melhores. Ressaltou que, como no caso da Funserv, a exposição a fundos de investimento no exterior, incluindo os multimercado, é que acabou reduzindo, e muito, os ganhos da carteira. Assim, aqueles que não possuíam estes ativos em sua carteira, foram preservados do cenário vivenciado nesta exposição. Contudo, ressaltou que a exposição a este segmento oferece também a possibilidade de ganhos relevantes, contudo, deve ser observado um horizonte de investimento de longo prazo. Em 2021, por exemplo, este segmento colaborou para melhor rentabilidade da carteira naquele período. O Sr. José Antonio indagou se, caso estivéssemos totalmente expostos a fundos de renda fixa, se seria alcançada a meta de rentabilidade. O Sr. Edgar retomou a apresentação, na página que contém a rentabilidade por renda fixa e, analisando os indicadores de mercado, os únicos índices que superaram a meta de rentabilidade de 11% foi o CDI, que resultou em 12,37% e o IRF-M1, com 12,02%. Contudo, todos os demais índices, desde segmento, ficaram abaixo de 10%. Assim, a menos que o RPPS possua uma grande concentração em CDI e IRF-M1, mesmo totalmente exposto à renda fixa, não é certo que a meta seria atingida. A Sra. Cilsa

indagou qual a perspectiva acerca dos fundos de investimento no exterior para 2023. O Sr. Edgar informou que o cenário é desafiador, mas acredita que a magnitude das mudanças econômicas de 2022 não se repita em 2023 e ressaltou que os fundos enquadrados neste segmento devem ser observados no longo prazo. Considerando que os aportes foram em 2021, entende pertinente acompanhá-los, ao menos, até 2024. O Sr. Edgar apresentou um quadro comparativo com a composição da carteira, por segmento, comparando em Dezembro de 2021/2022, evidenciando a evolução da carteira para um perfil mais conservador, com maior exposição à renda fixa. O Sr. Edgar destacou ainda que as estratégias adotadas pela Funserv ao longo de 2022 resultaram positivamente. Para evidenciar tal fato, apresentou a rentabilidade da carteira, com a mesma posição de 31/12/2021 a qual retornaria 2,97% no ano. Assim, como a carteira alcançou 3,31%, de fato, verifica-se que as estratégias adotadas ao longo do ano, entregaram resultado positivo. Em seguida, apresentou um quadro com a evolução da rentabilidade da carteira e a meta de rentabilidade ao longo dos últimos cinco anos, de 2018 a 2022. Verifica-se que, neste período, apenas em 2019, a carteira atingiu a meta, superando-a. Nos demais anos, especialmente, a partir de 2022, a rentabilidade ficou bem abaixo da meta, dado o cenário econômico desafiador que temos vivenciado ao longo deste tempo. **ITEM 5 – DESTINAÇÃO DOS NOVOS RECURSOS E MIGRAÇÕES:** Em seguida, o Sr. Edgar apresentou as propostas da aplicação dos recursos: A) A respeito dos recursos novos, referente ao saldo remanescente das contribuições previdenciárias do Fundo Previdenciário, referentes ao mês de Janeiro/2023, em torno de R\$12.000.000,00 (doze milhões de reais); B) Quanto aos recursos da compensação previdenciária (COMPREV), referente ao Fundo Previdenciário, competência Dezembro/2022, a ser creditado em 06/02/2023, no valor previsto de R\$1.831,44 (um mil, oitocentos e trinta e um reais e quarenta e quatro centavos), e; C) A respeito dos recursos oriundos do pagamento de Cupons Semestrais dos Títulos Públicos Federais, especificamente, NTN-B, com vencimento em anos pares (15/08/2024; 15/08/2030; 15/08/2032, 15/08/2040, 15/08/2050 e 15/05/2060). Nestes vencimentos, a Funserv possui 103.987 papéis. O valor aproximado do valor dos cupons semestrais é de R\$14.700.000,00 (quatorze milhões e setecentos mil reais). A respeito de todos estes recursos, propõe-se aplicação em títulos de emissão do Tesouro Nacional, registrados no Sistema Especial de Liquidação e Custódia (Selic), especificamente NTN-B, e, enquanto não realizada a aquisição e liquidação da operação, os recursos serão mantidos no fundo BB Perfil FIC Renda Fixa Referenciado DI Previdenciário LP – CNPJ: 13.077.418/0001-49. A justificativa para tal proposta é que conforme evidenciado no Parecer deste Comitê, a carteira de Títulos Públicos Federais é composta, até o momento, por Notas do Tesouro Nacional – série B (NTN-B), sua posição consolidada está com taxa média de IPCA + 5,95% a.a. Verifica-se que, em consonância com a divulgação da ANBIMA, boa parte dos vŕtices possuem taxas acima da taxa média da carteira e, também, acima da meta de rentabilidade definida, na Política de Investimentos para 2023, de IPCA + 5,11% a.a. Os patamares de taxas atuais estão nos maiores níveis nos últimos 5 (cinco) anos. Portanto, o atual mercado de títulos públicos federais se apresenta como oportunidade de melhorar a taxa média da carteira. Ademais, a proposta está alinhada ao Estudo ALM realizado em Junho/2022 pois, principalmente nas posições em títulos mais longos (vencimento para 2045, 2050, 2055 e 2060), a quantidade de papéis adquiridos está bem abaixo do sugerido no estudo, evidenciando que a proposta não compromete as obrigações presentes e futuras da Funserv. O Sr. Edgar então abriu a palavra aos demais membros, não havendo manifestação. Em seguida, submeteu as propostas à votação,

sendo aprovadas por unanimidade. **ITEM 6 – CRONOGRAMA MENSAL DE ATIVIDADES – PRÓ-GESTÃO:** O Sr. Edgar informou que, a fim de atender aos requisitos do Manual do Pró-Gestão, além do Relatório Anual de Investimentos, elaborou também o Cronograma Mensal de Atividades. O Sr. Edgar apresentou a minuta do Cronograma de atividades, esclarecendo que o documento prevê as atividades, ações e respectivos responsáveis, bem como sua periodicidade. A Sra. Silvana, Presidente da Funserv, informou a todos que a Certificação do Pró-Gestão possui validade até 15/09/2023 e a Diretoria Executiva tem trabalhado para garantir, ao menos a renovação da certificação no Nível I, embora seja avaliada a possibilidade de avançar de nível. Destacou a importância das adequações da área de investimentos que foram estabelecidas e inclusas nas rotinas da Funserv, como o parecer do Comitê, o calendário das reuniões mensais, o regimento interno e importância do avanço, como Relatório Anual de Investimentos e o Cronograma Mensal de Atividades, apresentados nesta reunião. Em seguida, o Sr. Edgar submeteu à votação as minutas do Relatório Anual de Investimentos e Cronograma Mensal de Atividades, sendo aprovadas por unanimidade. **ITEM 7 – ASSUNTOS GERAIS:** Em seguida, o Sr. Edgar informou aos membros do Comitê que haverá um curso de capacitação para certificação profissional RPPS dos dias 31/01 a 02/02/2023 no município de Taboão da Serra/SP. O curso é promovido pela ABCPrev e Grid Investimentos, com apoio do Instituto de Previdência, TaboãoPrev. A Sra. Cilsa, que ainda não possui a certificação, informou que tentará a liberação, por parte de sua chefia, para participação no curso, destacando que tem interesse em participar e obter a certificação. O Sr. Edgar informou também que a Sra. Maria do Socorro, Diretora de Previdência e Assistência Social da Funserv e membro deste Comitê, informou a ele que também participaria do curso. Assim, o Sr. Edgar ficou responsável de confirmar junto à Sra. Cilsa a sua participação e realizar as inscrições. Em seguida, o Sr. Edgar abriu a palavra aos demais membros para assuntos gerais, não havendo manifestação. Tendo concluído os assuntos relacionados aos recursos previdenciários, passou a análise dos recursos da assistência à saúde, conforme ata separada (Res. 06/2020 – Art. 10, §3º). Nada mais havendo a ser tratado, eu, Edgar Aparecido Ferreira da Silva, encerrei a reunião, referente aos recursos previdenciários, às onze horas e quarenta minutos, lavrei a presente ata que segue ao conhecimento, aprovação e assinatura dos presentes, ficando a próxima reunião ordinária designada para 16/02/2023, quinta-feira, conforme previsto na Resolução FUNSERV nº 13/2022.--

Edgar Aparecido Ferreira da Silva
Gestor dos Recursos do RPPS